

REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (PEC 287/16) E AS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

DA CRISE À REALIDADE



A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – PEC 287/16

- Problemáticas gerais

- Idade mínima de 65 anos e 25 anos de carência

- 49 anos de contribuição para aposentadoria integral

- Não diferenciação entre idade de homens e mulheres (OCDE)

- Regra de transição ou corte etário? (45 anos, mulher e 50 anos, homem)

- Pedágio de 50% do que falta em tempo de contribuição ou idade

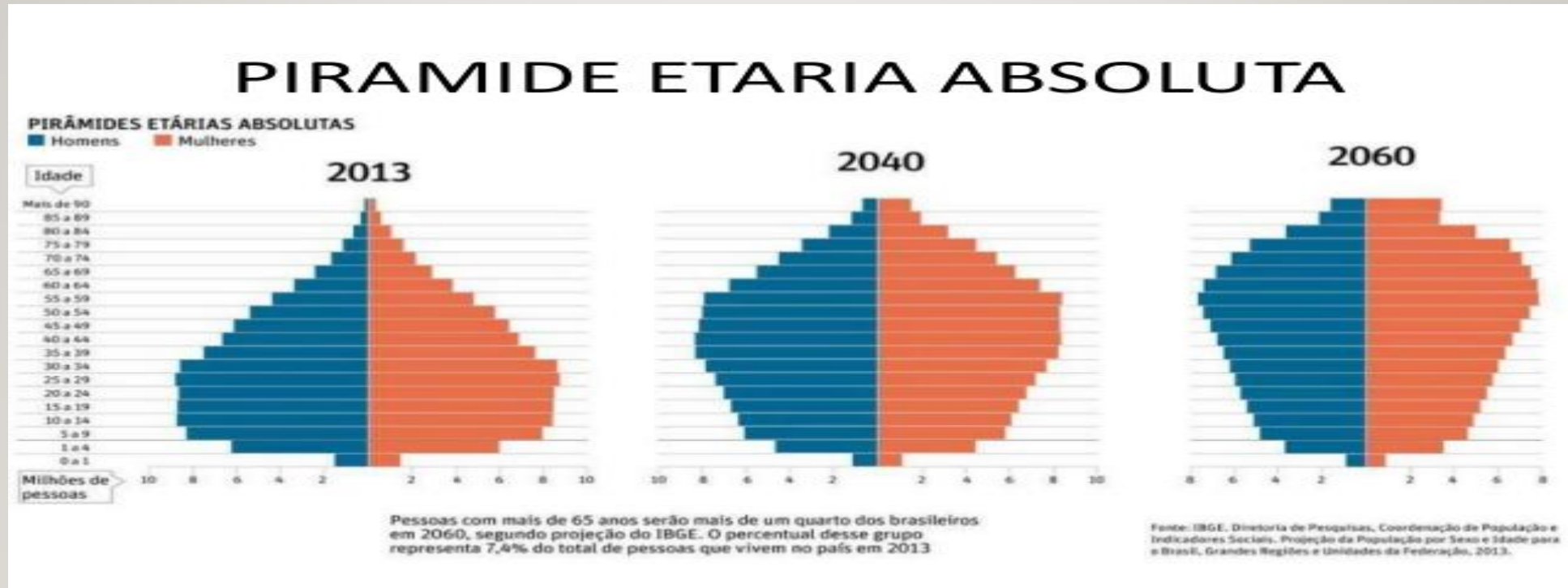
- Pensão por morte em cotas sem repasse aos demais dependentes

- Cálculo de benefícios pela média das remunerações e alíquota de RMI em 51% + 1% ano

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – PEC 287/16

- Problemáticas militares estaduais e demais forças de segurança
 - ❑ Muito tempo sem efetiva contribuição previdenciária individual
 - ❑ Ausência de demais direitos trabalhistas
 - ❑ Trabalhos com intensa insalubridade, penosidade, periculosidade
 - ❑ Exposição direta a diversos agentes nocivos (físicos, químicos e biológicos)
 - ❑ Plantões, operações, prisões, deslocamentos territoriais etc.
 - ❑ Alarmantes e recordes em índices de suicídios, mortes em serviço ou em razão dele, doenças graves precoces, doenças psicossomáticas em larga escala, estresse constante, alcoolismo, baixíssima expectativa de vida em relação ao restante da população.

INVERSÃO DA PIRÂMIDE



EXPECTATIVA DE VIDA DO BRASILEIRO/EUA

CIDADANIA E JUSTIÇA

Expectativa de vida no Brasil sobe para 75,5 anos em 2015

Longevidade

Entre 1940 e 2015, o índice teve aumento de 30 anos e passou de 45,5 para 75,5 anos

Mundo

Expectativa de vida cai nos EUA pela primeira vez em vinte anos

A expectativa de vida geral para homens e mulheres nos EUA é agora de 78,8 anos

Por Da redação
8 dez 2016, 16h20



EXPECTATIVA DE VIDA DE INTEGRANTES DE FORÇA DE SEGURANÇA?

- Governo NÃO POSSUI esses dados
- Entidades reuniram-se para estudo (FGV) – abaixo dos 60 anos

Estudo sobre expectativa de vida do policial ganha apoio de outras entidades

Por FenaPRF | 23/06/2016

Entidades representativas de diversas categorias policiais se reuniram na tarde de ontem (22) na sede do Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal (Sindipol-DF) para discutir o projeto do estudo de expectativa de vida do policial.

O presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF), Pedro Cavalcanti, explicou aos líderes sindicais a importância do estudo para a valorização da carreira e até para decisões de gestão interna de cada sindicato em futuras pautas. "É um projeto que vai nos dar embasamento pra discutir a reforma da previdência, que nos tiraria a aposentadoria por risco de vida. São dados importantes para termos", disse Cavalcanti.

Além de Pedro Cavalcanti representando a FenaPRF, estiveram presentes também o presidente do Sindipol-DF, Flávio Almeida, e o presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Distrito Federal, Sérgio Vinícius.



Representantes de entidades representativas conversaram por mais de uma hora sobre a qualidade de vida do policial | Foto: Sérgio Vinícius



GOSTOU DESSE ESPAÇO?
ANUNCIE AQUI!

Capa Trabalho Cultura Política Economia Saúde Vídeos Fotos Parceiros

Fundação Getúlio Vargas fará estudo sobre a expectativa de vida dos policiais

Publicado em 20 de setembro de 2016

Representantes das entidades ligadas aos policiais rodoviários federais, policiais federais e dos policiais civis do Distrito Federal se reuniram nesta quinta-feira (15) na sede da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF), para dar início ao estudo sobre a expectativa de vida dos policiais.

As entidades representativas formaram um consórcio, contratando a Fundação Getúlio Vargas (FGV), para realizar a pesquisa onde irá apontar a expectativa de vida e o ponto de equilíbrio atuarial da previdência.

Na primeira reunião, os representantes tiveram contato com os pesquisadores da FGV que serão os responsáveis pelo estudo, os professores Eric Ota e Kaizô Beltrão, onde definiram calendário, com a previsão de atividades para as próximas semanas.

Qual é a expectativa de vida de um policial rodoviário federal? – Sindicalista responde



A expectativa de vida do brasileiro hoje gira em torno de 75 anos de idade, segundo os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas a do policial rodoviário federal é de apenas 56 anos, de acordo com informações do presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Pernambuco, Paulo Arcoverde.

CRÍTICAS AOS NÚMEROS OFICIAIS DO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO – GF X ANFIP + CONAMP

NOTA TÉCNICA Nº 12 - 12/12/16

- DRU – R\$ 581 bilhões desviados de 2001 a 2015. Se projetada a DRU (2015) – saímos de déficit de 124 bi para superávit de 9.167 bi.
- Lei nº 8.212/91 - Art. 16. - Parágrafo único. A União é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social, na forma da Lei Orçamentária Anual.
- A CF/88 fez a migração de 650 mil CLT, sem repasse das contribuições, ao RPPS, restando um impacto de R\$ 44 bi em 2015.
- Deixou a União (art. 249 CF/88) de implementar fundos capitalizados.
- A avaliação atuarial do RPPS/União feita pelo Governo Federal parte de número superestimado, projetando déficit irreal de 68.801.897.225,61 para 2016, conquanto o RREO de dezembro de 2015 apontou déficit de 39.191.073.000,00. Os números inflados apresentados pelo governo são 75,55 % superiores à última realidade aferida no RREO.

CRÍTICAS AOS NÚMEROS OFICIAIS DO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO – GF X ANFIP + CONAMP

NOTA TÉCNICA Nº 12 - 12/12/16

5 – O governo federal omitiu, na avaliação atuarial do RPPS/União, a projeção do PIB ao longo do tempo, porém, utilizada a projeção que ele próprio apresentou quando da avaliação do RGPS (anexo 4.VI do PLDO 2016), constata-se que ao longo do tempo, e mesmo considerados interstícios de dez anos, o déficit do RPPS/União vai despencar. Por isto não justifica, também sob o prisma futuro, a alteração das atuais regras da previdência dos servidores públicos civis.

Ano	Déficit RPPS bi*	PIB tri**	% DÉFICIT/PIB
2016	68.801.897.225,61 ⁹⁶	6.247.067	1,10%
2026	126.104.985.260,26	13.275.848	0,95%
2036	187.995.441.942,71	24.448.706	0,77%
2046	258.219.748.675,80	41.604.821	0,62%
2056	322.510.369.024,05	67.035.973	0,48%
2060	347.939.861.410,54	80.357.738	0,43%

CRÍTICAS AOS NÚMEROS OFICIAIS DO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO – GF X ANFIP + CONAMP

NOTA TÉCNICA Nº 12 - 12/12/16

2016	RGPS (SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO)	RPPS
TETOS REMUNERATÓRIO	R\$ 5.189,82	R\$ 33.763,00
CONTRIB. PREVIDENCIÁRIA	R\$ 570,88	R\$ 3.713,93 (6,50 x maior)
APOSENTADORIA	R\$ 5.189,82	R\$ 33.763,00 (6,50 x maior)
PERCENTUAL / CONTRIB.	9,09 vezes	9.09 vezes

- Detalhe: RPPS contribui como inativo acima do teto, RGPS não.

CRÍTICAS AOS NÚMEROS OFICIAIS DO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO – GF X ANFIP + CONAMP

NOTA TÉCNICA Nº 12 - 12/12/16

Art. 195. **A seguridade social será financiada** por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **e das seguintes contribuições sociais:**

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: *(Redação dada pela [Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98](#))*

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento; **(PIS E COFINS)**

c) o lucro; **(CSLL)**

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201; *(Redação dada pela [Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98](#))*

III - sobre a receita de concursos de prognósticos. **(LOTÉRIAS PÚBLICAS E PRIVADAS)**

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar. *(Inciso acrescentado pela [Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003](#))* **(PIS - IMPORTAÇÃO E COFINS – IMPORTAÇÃO)**

CRÍTICAS AOS NÚMEROS OFICIAIS DO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO – GF X ANFIP + CONAMP

NOTA TÉCNICA Nº 12 - 12/12/16

Não bastasse, aquele relatório não quantifica expressamente as receitas decorrentes do Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e do PIS/PASEP, podendo-se aferi-las tão somente por método indutivo, e isto porque em sua página 57 aponta que a DRU (então de 20%) atinente a essas três receitas correspondeu, respectivamente, a R\$ 42.336.444.000,00, R\$ 14.069.254.000,00 e R\$ 11.284.400.000,00, ao que, em elementar regra de três, tem-se que as receitas respectivas do Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e do PIS/PASEP foram da ordem de R\$ 211.682.220.000,00, R\$ 70.346.270,00 e R\$ 56.442.000.000,00 para 2015. De se apontar que a DRU total das receitas constitucionais da seguridade social (pg. 55 do relatório) foi de R\$ 73.029.087,00, ao que as receitas constitucionais da seguridade social, para 2015, remontam, em sua inteireza, a R\$ 365.145.435.000,00³⁷.

CRÍTICAS AOS NÚMEROS OFICIAIS DO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO – GF X ANFIP + CONAMP

NOTA TÉCNICA Nº 12 - 12/12/16

- “A " economia" pretendida pela reforma da Previdência em 10 anos, 678 bilhões de reais, é pequena ante a perda de receitas com desonerações fiscais entre 2011 e 2016, no valor de 1.346 trilhão de reais, bem como diminuta ante a perda do País em 2016 com o pagamento de juros da dívida (600 bilhões), desonerações tributárias (267 bilhões de reais), sonegação fiscal (500 bilhões de reais) e corrupção (200 bilhões de reais), o que corresponde a aproximados a 1,567 trilhões de reais/ano, quase três vezes o que se pretende "economizar" em dez anos com a Reforma da Previdência, solapando-se garantias constitucionais dos trabalhadores públicos e privados, sem se ver o mesmo empenho do governo federal para a solução desses gravíssimos problemas”.

AS FRAUDES

- AS FRAUDES NOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PAGOS PELO INSS

Esquemas de corrupção investigados pela PF causam prejuízo de R\$ 29 bi

Levantamento feito pela CBN com base operações deste ano exclui os valores relacionados aos desvios da Lava-jato. Segundo a pesquisa, fraudes no INSS são as mais frequentes.



Policiais federais chegam à sede de SP com apreensões da Operação Greenfield
Crédito: Marivaldo Oliveira/Código19 / Ag. O Globo

Vinte e nove bilhões de reais. Esse é o tamanho do rombo estimado provocado pela corrupção em esquemas investigados pela Polícia Federal nas operações especiais realizadas somente neste ano. O valor seria suficiente, por exemplo, para construir 6 mil Unidades de Pronto atendimento, UPAS do tipo 3, com capacidade de atender 350 pacientes por dia.

AS FRAUDES

Ir para o conteúdo 1 Ir para o menu 2 Ir para a busca 3 Ir para o rodapé 4

ACESSIBILIDADE

Previdência Social

Legislação Publicações Perguntas frequentes Contato

VOCÊ ESTÁ AQUI: PÁGINA INICIAL > NOTÍCIAS > BENEFÍCIOS > BENEFÍCIOS: CALENDÁRIO COM A PROGRAMAÇÃO DE PAGAMENTOS

SERVIÇOS DO INSS

- Agendamento
- Guia da Previdência Social
- Carta de concessão
- Consulta de situação de benefício
- Extrato de pagamento de benefício
- Todos os serviços

BENEFÍCIOS: Calendário com a programação de pagamentos para 2016 está disponível

Publicado: 11/12/2015 18:01 Última modificação: 11/12/2015 18:02

Previdência paga mais de 32 milhões de benefícios todos os meses

Da Redação (Brasília) – A programação com as datas dos depósitos de benefícios para 2016 está disponível para consulta pelos segurados na página Previdência Social (www.previdencia.gov.br). Confira a [Tabela de Pagamentos de Benefícios 2016](#).

RESULTADO DO RGPS

Em R\$ milhões de Fevereiro de 2016 (INPC)

Item	fev/15	jan/16	fev/16	Var. %	Var. %	Acumulado no ano		Var. %
	(A)	(B)	(C)	(C/B)	(C/A)	2015	2016	
1. Arrecadação Líquida Total	29.697,3	27.368,9	28.014,7	2,4	(5,7)	58.544,4	55.383,6	(5,4)
1.1 Arrecadação Líquida Urbana	27.378,1	24.779,1	25.555,4	3,1	(6,7)	53.812,0	50.334,5	(6,5)
1.2 Arrecadação Líquida Rural	508,5	557,5	550,3	(1,3)	8,2	1.056,2	1.107,8	4,9
1.3 Comprev	1,1	1,3	-	(100,0)	(100,0)	2,1	1,3	(37,3)
1.4 Compensação Desoneração da Folha de Pagamento	1.809,6	2.030,9	1.909,0	(6,0)	5,5	3.674,1	3.939,9	7,2
2. Renúncias Previdenciárias	3.224,9	2.867,4	2.895,4	1,0	(10,2)	6.453,8	5.762,8	(10,7)
2.1 Simples Nacional	1.841,3	1.555,6	1.538,0	(1,1)	(16,5)	3.707,3	3.093,6	(16,6)
2.2 Entidades Filantrópicas	853,9	824,3	797,5	(3,2)	(6,6)	1.737,6	1.621,8	(6,7)
2.3 Microempreendedor Individual - MEI	106,2	85,8	75,0	(12,6)	(29,4)	227,0	160,8	(29,1)
2.4 Exportação da Produção Rural - EC nº 33	400,0	374,9	448,4	19,6	12,1	734,5	823,3	12,1
2.5 Outros	23,7	26,8	36,5	36,4	54,3	47,5	63,3	33,2
3. Despesa com Benefícios	36.162,2	35.895,2	38.277,6	6,6	5,8	71.300,0	74.172,8	4,0
3.1 Benefícios Previdenciários	35.703,5	34.837,0	37.768,3	8,4	5,8	69.864,2	72.605,3	3,9
3.1.1 Urbano	27.605,5	26.816,7	29.388,0	9,6	6,5	53.935,9	56.204,7	4,2
3.1.2 Rural	8.098,1	8.020,3	8.380,3	4,5	3,5	15.928,3	16.400,6	3,0
3.2 Passivo Judicial	285,1	906,0	328,1	(63,8)	15,1	1.108,1	1.234,1	11,4
3.2.1 Urbano	220,4	697,4	255,3	(63,4)	15,8	854,8	952,7	11,5
3.2.2 Rural	64,7	208,6	72,8	(65,1)	12,6	253,3	281,4	11,1
3.3 Comprev	173,5	152,2	181,2	19,1	4,4	327,7	333,4	1,7
4. Resultado Previdenciário e Renúncias (1 + 2 - 3)	(3.239,9)	(5.658,9)	(7.367,5)	30,2	127,4	(6.301,8)	(13.026,4)	106,7
5. Resultado Previdenciário excluindo Renúncias (1 - 3)	(6.464,9)	(8.526,3)	(10.262,9)	20,4	58,7	(12.755,6)	(18.789,2)	47,3
6. Resultado Previdenciário excluindo Renúncias, Passivo Judicial e COMPREV	(6.006,2)	(7.468,1)	(9.753,6)	30,6	62,4	(11.319,8)	(17.221,7)	52,1

AS FRAUDES...

- 29 BILHÕES DE FRAUDES EM 2016 – 2,42 bi por mês (6,20% do pago por mês é fraude) – EM OPERAÇÕES!!!
- A realidade: ? dos valores pagos por mês é fraude... (Sistemas Previdenciários abertos e falta de controle de identificação de pessoas/segurados (“fantasmas”) e mais uma centena de inconsistências.

* Estimativa realizada.

SOLUÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

- RISCO EFETIVO DE DANOS À SAÚDE E À VIDA
- PROFISSÃO DIUTURNA
- COMBATE À CRIMINALIDADE CADA VEZ MAIS ORGANIZADA.
- POLICIAIS NOVOS E NÃO ENVELHECIDOS
- TEMOR DE NÃO HAVER VAGAS PARA NOVOS POLICIAIS (TROPA ENVELHECIDA E COM MENOS VIGOR).
- ESTRESSE, DOENÇAS GRAVES PRECOCES, SUICÍDIOS

SUICÍDOS ENTRE POLICIAIS

Por que os policiais se matam: pesquisa traz números e relatos de suicídios de PMs

Fernanda da Escóssia
Do Rio de Janeiro para a BBC Brasil

26 março 2016

Compartilh



Entre fatores para suicídios de PMs estão falta de reconhecimento profissional e maus-tratos

A MORTE QUE “NÃO EXISTE”: O SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS

12 Fev 2016

No Brasil, na década de 2000, mais de um milhão e meio de pessoas morreram por acidentes, homicídios e suicídios (mortes violentas). No período de 2000 a 2012, 1.703.499 brasileiros foram vítimas de mortes violentas, sendo 112.506 “lesões autoprovocadas voluntariamente”, em outras palavras, mortes por suicídio. O suicídio ainda é um tabu para a população brasileira, apesar do seu crescimento contínuo. Pouco se conhece, muito pouco se discute.

Pesquisas internacionais, apontam os policiais como um grupo de risco com relação ao suicídio, ou seja, estão mais expostos ao fenômeno do que a população em geral. Inúmeras razões ajudam a explicar essa exposição, uma delas é a facilidade de acesso às armas de fogo. Somam-se a isso, questões laborais como jornadas de trabalho intensas e estressantes, além de uma cultura policial fortemente hierarquizada.

A pesquisa que realizamos na Polícia Militar do Rio de Janeiro revelou que na PMERJ o diferencial das taxas de suicídio de policiais e da população é expressivo. O risco de morte por suicídio entre profissionais de segurança da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro em 2009 foi 6 vezes superior ao da população geral. Outros estudos também vem discutindo o suicídio em forças policiais. Em 2013, a Revista Isto É publicou uma reportagem especial sobre os suicídios na Polícia Federal. No ano de 2011, foram registrados 12 casos de suicídios na PF. A Polícia Federal contava um efetivo de aproximadamente 13 mil policiais neste ano.

DESTAQUE!

CONHEÇA PROPOSTA:
MUDANÇA PARA A SE
PÚBLICA

31 Ago 2016

SEGURANÇA PÚBLICA
GERAL DO DEBATE PC
EDUARDO SOARES

18 Jul 2016

OMBUDSPERSON – SI
PÚBLICA À DERIVA

10 Mar 2016



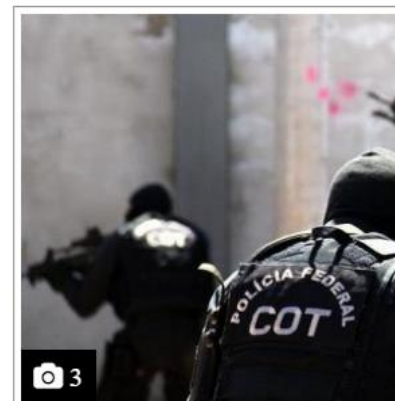
Publicado: 7 agosto 2015

REDATOR BLASTER

Seguir

Pesquisas mostram avanço de suicídio entre policiais brasileiros

Estudos apresentados no 9º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no Rio, analisam tema ainda fora das estatísticas.



Suicídio de policiais é bastante comum no Brasil

Dos 224 policiais militares lotados na cidade do Rio de Janeiro, pelo menos 50 deles afirmaram já ter pensado em cometer suicídio em determinados momentos da vida. A informação foi divulgada por uma das inúmeras pesquisas sobre o tema, apresentada durante o 9º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, realizado na semana passada no Rio.

A rotina diária de perigo dos policiais foi aprofundada nos estudos, além das complexas relações sociais destes profissionais fora da corporação.

ESTRESSE NAS ATIVIDADES POLICIAIS

Agência Brasil
Empresa Brasil de Comunicação

Pesquisar... Últimas Notícias Galeria de Imagens Reportagens Especiais Ouvidoria Expediente
Cidadania Economia Educação Justiça Meio ambiente Internacional Política Saúde Nacional Esporte Cultura Pes

Estudo constata que estresse da atividade policial tem impacto na saúde e na família

08/03/2013 - 16h33

Nacional



Isabela Vieira
Repórter da Agência Brasil

Rio de Janeiro - A hierarquia militar, o preconceito de gênero e o volume de trabalho são as principais causas do estresse entre as mulheres que atuam na Polícia Militar do Rio de Janeiro. A informação consta do levantamento Estresse Ocupacional em Mulheres Policiais, elaborado pelo Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carelli (Claves).



Com previsão de ser lançada ainda este mês, na Revista Ciência e Saúde Coletiva, a pesquisa ouviu 42 policiais e constatou que as oficiais estão mais submetidas a estresse do que as praças. A hipótese é que o problema nas patentes mais altas resulte da relação entre mais responsabilidade, número reduzido de subordinados e falta de autonomia.

Saber Humano, ISSN 2446-6298, v. 5, n. 7, p. 106-125, jul./dez. 2015.



Estresse, Coping e Síndrome de Burnout em policiais rodoviários federais

Andrea Karla Breunig de Freitas¹
Lucas Charão Brito²
Sandra Leonara Obregon³
Luis Felipe Dias Lopes⁴

Resumo: Os trabalhadores vivenciam constantemente situações de estresse, e cada indivíduo responde de maneira diferente a essas situações. A profissão Policial Rodoviário Federal é considerada uma das de maior estresse, assim este estudo tem como intuito de avaliar a percepção de estresse no trabalho e as estratégias de enfrentamento que o minimizam a fim de não atingirem o *Burnout*. Metodologicamente é um estudo de campo, descritivo, exploratório com abordagem quantitativa realizado na região Central do Rio Grande do Sul. Os resultados demonstraram que os profissionais encontram-se predominantemente com baixo estresse. Quanto ao *Coping*, a resolução de problemas foi a estratégia mais utilizada, sendo que, a realização profissional foi o aspecto mais denotado do *Burnout*.

Palavras-chave: Estresse; Coping; Burnout

SAÚDE

Estudante apresenta pesquisa sobre estresse entre policiais nesta quarta-feira

Gostei (0) Não gostei (0)

A pesquisa aborda a importância do Núcleo diante da incidência e efeitos do estresse, considerado um dos principais riscos ocupacionais existentes no ambiente de trabalho, causadores de danos ou agravos à saúde dos policiais civis.

Por Folha Web

Em 10/11/2014 às 16:19




O artigo intitulado o "Estresse entre policiais civis de Roraima: a importância do Núcleo de Saúde e Auxílio Psicossocial", de autoria da chefe do Núcleo de Saúde da Polícia Civil de Roraima, Mônica Lopes, será apresentado nesta quarta-feira (12), na 2ª Mostra Científica da Faculdade Cathedral em Boa Vista. O evento está previsto para as 19 horas.

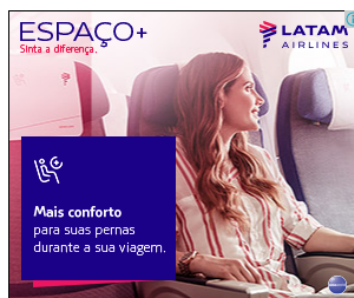
Mônica Lopes, que é graduanda do curso de Psicologia da Faculdade Cathedral, observa que a pesquisa aborda a importância do Núcleo face às incidências e efeitos do estresse, considerado um dos principais riscos ocupacionais existentes no ambiente de trabalho, causadores de danos ou agravos à saúde dos policiais civis.

DOENÇAS PSICOSSOMÁTICAS NAS ATIVIDADES POLICIAIS

Depressão em Policiais Militares: Uma Possível Decorrente das Atividades Laborais

Autores:  Adriana da Câmara Costa  Ionara Dantas Estevam | Publicado na Edição de:  Março de 2014

Categoria:  Psicologia da Saúde



Resumo: A depressão nos policiais militares em atividades laborais tem sido estudada como um reflexo das condições de trabalho na contemporaneidade, pois esse profissional é conduzido à grande zona de vulnerabilidade diante dessa nova realidade social. Este estudo objetivou avaliar a sintomatologia da depressão e qual o seu nível. Foi realizado na Polícia Militar da região metropolitana, da cidade de Natal/RN, com 47 policiais militares, do sexo masculino, idade entre 23 a 48 anos na função externa entre as seguintes patentes: tementes, subtenentes, capitão,

sargento, cabo e soldados que responderam a um questionário sócio demográfico e a Escala Beck (BDI). Os dados apontaram que os policiais militares, apesar de lidarem no seu cotidiano com a violência e a criminalidade, quando avaliados quanto ao fator depressivo, constata-se que as variáveis relacionadas à sintomatologia depressiva não os afetam diretamente, demonstrando a capacidade do profissional em lidar com as questões afetivas, direcionando para um não adoecimento.

Palavras-chave: Atividades laborais, Policiais militares, Depressão;

O ADOECIMENTO PSICOLÓGICO DO POLICIAL MILITAR DO CEARÁ THE ILLNESS PSYCHOLOGICAL THRILLER OF MILITARY CEARÁ

Fábio Rodrigues Paulino¹

Lídia Andrade Lourinho²

Resumo

Com as mudanças sociais surgem inúmeros conflitos de interesses no seio da sociedade e mais especificamente o aumento da criminalidade, fazendo com que se estabeleça desordem e consequentemente os mais variados tipos de violências. Por conta disso, a atividade policial vem sendo uma das, senão a mais importante ferramenta estatal na manutenção da lei e da ordem pública no controle das regras sociais. Em consequência dessa atividade permeada de fatores de riscos o profissional policial vem sendo acometido por diversas patologias, sendo que, uma das mais graves e comuns são os transtornos mentais. Desse modo, centenas de policiais militares afastam-se de suas atividades laborais devido estarem acometidos por patologias de natureza psicológica, acarretando, por conseguinte grande prejuízo para o Estado e para população. Então, entender como esse profissional adocece é de fundamental importância para que sirva de subsídio para as políticas de melhoramento das condições de trabalho e de promoção da saúde desses agentes de segurança pública do Estado do Ceará. Na perspectiva de subsidiar o desenvolvimento de uma Política Estadual de melhoramento das condições de trabalho e promoção de uma boa qualidade de vida, o presente estudo tem como objetivo entender o processo de adoecimento psicológico dos trabalhadores policiais militares, de modo a identificar os fatores determinantes e condicionantes desse infórtio laboral e descobrir como a Organização Polícia Militar e seus agentes desenvolve a qualidade de vida no trabalho. Como estratégias metodológicas foram adotados três procedimentos: pesquisa documental, acompanhamento do cotidiano de trabalho e realização de entrevistas semiestruturadas dirigidas aos policiais militares que desempenha diferentes funções. O adoecimento mental dos policiais militares do Estado do Ceará não é diferente do adoecimento dos policiais militares de outros Estados, nem suas causas são diferentes das já especificadas pelos diversos autores que tratam do tema em tela. Mas também a não busca pela instituição (Polícia Militar do Ceará) da solução para o problema é um fator que se evidencia. A grande questão dessa problemática é a inexistência de um mecanismo de verificação sistemática que possa identificar o aparecimento desses fatores de adoecimento, para que no início seja estabelecida uma forma de combate ou controle, evitando assim o acometimento crônico do policial militar a esses fatores doentios.

Palavras chaves: Saúde do Trabalhador, Saúde Mental, Doença ocupacional, Trabalho Policial.

ALCOOLISMO ENTRE POLICIAIS

Revista On-Line IPOG

ESPECIALIZE

Análise pericial do padrão de consumo de álcool em policiais e seus fatores de risco julho de 2013

Análise pericial do padrão de consumo de álcool em policiais e seus fatores de risco

Cesar Augusto Ferreira - cesarferreiramonica@hotmail.com
Pós-Graduação em Perícias Médicas
Instituto de Pós-Graduação e Graduação - IPOG

Resumo

Uso de álcool por policiais, no contexto do policiamento, representa potencial para graves consequências. O padrão de consumo pode ser analisado visando rastreamento e prevenção. Por meio de um levantamento literário evidenciaram-se poucos estudos nesse sentido. A prevalência de uso de álcool durante a vida que foi encontrada entre policiais brasileiros variou de 48% a 87,8% (na população geral, de 74,6%, e nos trabalhadores, por meio do levantamento SESI, 78,7%). Internacionalmente, atinge 76,3% a 91% dos policiais, sendo que o beber em binge alcança 48% dos homens e 40% das mulheres. O uso abusivo de álcool variou de 5 a 25% (12 a 32% dos policiais no mundo; no levantamento feito pelo SESI, 50% dos trabalhadores). A dependência alcoólica variou de 3% a 19,2% nos estudos brasileiros e internacionais. Os policiais apresentam maior prevalência de uso de álcool do que a população geral e menores taxas de abstinência, semelhante a outros trabalhadores, com

AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS

Saúde e ciência para todos

Busque aqui



▶ AFN NOTÍCIAS

▶ OPINIÃO

▶ ESPECIAIS

▶ PUBLICAÇÕES

Você está aqui » [Início](#) » [AFN Notícias](#) » [Notícias](#) » [Maioria dos policiais do Rio de Janeiro faz uso](#)

15/04/2013

Maioria dos policiais do Rio de Janeiro faz uso de álcool e tabaco



Recomendar

Curtir 0

Tweet

Informe Ensp

"O uso de drogas é um fenômeno que acontece na sociedade e não será diferente nas corporações". Esta é uma das afirmações do artigo *Consumo de substâncias lícitas e ilícitas por policiais da cidade do Rio de Janeiro*, incluído na última edição temática da revista *Ciência e Saúde Coletiva*. A publicação trouxe uma série de artigos que abordam, entre outros aspectos, as condições de vida, saúde e trabalho dos profissionais de segurança pública. Assinam o artigo as pesquisadoras Edinilsa Ramos, Patrícia Constantino, Miriam Schenker e Bruna Soares Chaves Correia, todas do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência Jorge Carelli (Claves) da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz).

FOMOS EXPLICAR... NÃO OUVIRAM...



VEJAMOS AS IDADES DE APOSENTADORIA DE POLICIAL MUNDO AFORA.

ESTADOS UNIDOS: 20 a 35 anos de serviço (dependendo do Estado ou Condado), independente de idade mínima.

No FBI: 20 anos de serviço policial em agências federais, com idade mínima de 50 anos OU 25 anos de serviço policial, sem idade mínima.

INGLATERRA: 25 anos de serviço, 50 anos de idade mínima;

CHILE: 20 anos de serviço, 55 anos de idade máxima;

FRANÇA: 27 anos de serviço, mínimo de 52 anos de idade;

ITÁLIA: 33 anos de serviço, mínimo de 53 anos de idade;

ARGENTINA: 20 a 30 anos de serviço, independente de idade (30 anos é integral e entre 20 e 29 anos é proporcional).

SOLUÇÃO – PRIMEIRO MOMENTO

1º **VOLTA DA ATIVIDADE DE RISCO** no inciso II, § 4º do Artigo 40 da CF.

2º **RETIRADA** do inciso II, do § 2º do artigo 2º da PEC 287/16.

3º **ALTERAÇÃO** do § 4ºA, proposto para o artigo 40 da CF/88, inserto no artigo 1º da PEC 287/16, para excluir as forças de segurança pública que exercem atividade de risco (item I acima) das regras postas no dispositivo.

4º **INSERÇÃO** de disposto (artigo 23-A) na PEC para deixar efetivo que as regras da PEC 287/16 não se aplicam às forças de segurança pública que exercem atividade de risco (item I acima).

SOLUÇÃO – SEGUNDO MOMENTO

1º **ALTERAÇÃO** do artigo 42 da Constituição Federal nos seguintes termos:

DOS MILITARES E DEMAIS INTEGRANTES DE FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL, DOS TERRITÓRIOS E DOS MUNICÍPIOS

Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, **§ 4º, inciso II, mediante lei complementar geral da União**; e do art. 142, §.

§ 3º Aos demais integrantes de forças de segurança pública dos Estados, do Distrito Federal, Territórios e dos Municípios, aplica-se o disposto no inciso II, do § 4º do artigo 40.

2º **CRIAÇÃO/ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR nº 51 de 1985** para estabelecer **critérios de previdência para atividades policiais e das demais Forças de Segurança Pública da União**, bem como **estabelecendo normas gerais** de previdência para as Forças de Segurança Pública dos Estados, DF e Municípios.

RESPEITO ÀS FORÇAS DE SEGURANÇA DO PAÍS.
OBRIGADO!

